

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

147 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 12 a 16/12/2022

1. PARLAMENTO EUROPEU - INVESTIGAÇÕES E SUSPEITAS DE CORRUPÇÃO	1
Enquadramento	1
Sessão plenária do PE	2
Resolução do PE e próximos passos	3
2. SESSÃO PLENÁRIA PE	4
Holodomor: reconhecimento como genocídio	4
Revisão do Orçamento da UE	4
Crise energética	4
Entrega do Prémio Sakharov 2022 ao povo ucraniano	4
"This is Europe" com o primeiro-ministro esloveno Robert Golob	4
3. CONSELHO EUROPEU	5
4. PRIORIDADES DA PRESIDÊNCIA SUECA DO CONSELHO DA UE	6
5. HUNGRIA CONDICIONALIDADE	7
6. BANCO CENTRAL EUROPEU - DECISÕES DE POLÍTICA MONETÁRIA	8
7. MECANISMO DE AJUSTAMENTO CARBÓNICO FRONTEIRIÇO - ACORDO	8
8. PRIORIDADES LEGISLATIVAS DA UE PARA 2023-2024	8
9. CIMEIRA COMEMORATIVA UE-ASEAN	8
10. UCRÂNIA - ESTUDO SOBRE TRIBUNAL SOBRE CRIME DE AGRESSÃO	9
11. COMISSÃO EUROPEIA	9
Pacote Segurança	9
Aprovação análise preliminar positiva - MRR Portugal	9
12. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	10
Reunião Ministros Negócios Estrangeiros da Parceria Oriental	10
Conselho (Agricultura e Pescas)	10
Conselho Negócios Estrangeiros	10
Conselho dos Assuntos Gerais	10
Reunião extraordinária do Conselho sobre Energia	11
13. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	11
Parlamento Europeu	11
Comissão Europeia	11
Conselho da União Europeia	11

1. PARLAMENTO EUROPEU - INVESTIGAÇÕES E SUSPEITAS DE CORRUPÇÃO

Enquadramento

Na passada sexta-feira, dia 9 de dezembro, o Departamento Central para a Repressão da Corrupção da Polícia Federal belga realizou um **conjunto de diligências, incluindo buscas domiciliárias e detenções, relacionadas com suspeitas de corrupção no Parlamento Europeu (PE)**, nomeadamente de Deputados, ex-Deputados, assistentes parlamentares, entre outras figuras. Os gabinetes em Bruxelas e em Estrasburgo de Deputados, assistentes parlamentares e funcionários do PE foram objeto de buscas e selados para investigação.

O jornal belga [Le Soir](#) é um dos que têm acompanhado este tema com maior acuidade, pelo que se disponibiliza um artigo que sintetiza o caso à data de hoje (disponível [aqui](#)). O *Politico* criou um *live blog* ([aqui](#)) para que se possa, ao longo dos dias, ter acesso aos desenvolvimentos em tempo real. Além disso, o mesmo jornal disponibiliza um guia de quem é quem nas investigações, [aqui](#).

Em causa, estará uma alegada atividade de corrupção e associação criminosa entre as autoridades de países terceiros (as alegações vindas a público referem-se ao Catar e, possivelmente, a [Marrocos](#)) e uma rede de Deputados, seus colaboradores e, possivelmente, outras figuras para influenciar as posições políticas e institucionais adotadas pelo PE relativamente a esse Estado.

Nas diligências realizadas, foram detidos a então Vice-Presidente do PE **Eva Kaili** (S&D, Grécia), o ex-Deputado e ex-Presidente da Subcomissão de Direitos Humanos (DROI) do PE, **Pier Antonio Panzeri** (S&D, Itália), o assistente parlamentar (e companheiro de Eva Kaili) **Francesco Giorgi**, o secretário-geral da Confederação Internacional de Sindicatos (ITUC), **Luca Visentini** (entretanto libertado, sob condições) e **Niccolò Figà-Talamanca**, secretário-geral da ONG *No Peace Without Justice*. Além disso, foram realizadas buscas no domicílio do Deputado **Marc Tarabella** (Bélgica, S&D) e em vários gabinetes do PE, onde foram apreendidos documentos, telemóveis e equipamentos informáticos. Foi, ainda, envolvida a organização não governamental *Fight Impunity*, sediada em Bruxelas e liderada pelo ex-Deputado Pier Antonio Panzeri, cuja esposa e filha foram igualmente detidas em Itália, com a possibilidade de serem extraditadas para a Bélgica.

Nas buscas domiciliárias, a Polícia federal belga apreendeu cerca de **um milhão e meio de euros em dinheiro vivo**, do qual divulgou algumas fotografias (ao lado).

Os debates têm-se centrado, igualmente, sobre os principais domínios em que incidiram os esforços de influência e de condicionamento do Catar em relação ao PE, desde as declarações favoráveis de, por exemplo, Eva Kaili sobre a situação de direitos humanos e laborais (exemplo [aqui](#)), ou a adoção de uma resolução sobre esta matéria no âmbito do *Campeonato do Mundo da FIFA* ([aqui](#)).

Porém, nos últimos dias tem sido igualmente discutida a possível influência em dossiês como o acordo de liberalização de vistos com o Catar (disponível [aqui](#)), que deveria ter sido votado esta semana em Plenário, mas que foi reenviado à Comissão parlamentar competente, ou sobre o



acordo assinado entre a UE e Catar sobre transporte aéreo, que atualiza as regras e normas aplicáveis aos voos entre este país e os países da UE (detalhe [aqui](#)). Sobre este tema, foi a Presidente da Comissão de Transportes do PE, Karima Delli (França, Verdes) que, segundo o [Político](#), alertou esta semana que “o Catar pode ter interferido nas deliberações internas do Parlamento sobre o acordo”. Acrescentou ainda que, no que diz respeito à ratificação do acordo, a Comissão parlamentar deverá solicitar orientações à Comissão Europeia “para nos informar rapidamente sobre o processo de ratificação em curso” e “para informar quando se espera que o procedimento de consentimento seja iniciado”.¹

Sessão plenária do PE

Este tema marcou inevitavelmente a sessão plenária do PE que se realizou esta semana, em Estrasburgo, tendo a Presidente do PE feito uma intervenção sobre esta matéria na abertura dos trabalhos (disponível [aqui](#)). Nessa intervenção, Roberta Metsola, referiu que “o PE, a democracia europeia e as nossas sociedades abertas, livres e democráticas estão a ser atacados” por “atores maldosos, com ligações a países terceiros autocráticos, (e que) têm alegadamente fortalecido organizações não governamentais, sindicatos, indivíduos, assistentes e eurodeputados.”. Referiu, ainda, que “Os serviços do PE, dos quais estou incrivelmente orgulhosa, têm vindo a trabalhar há algum tempo com as autoridades policiais e judiciais nacionais relevantes para dismantelar esta alegada rede criminosa. Agimos em sincronia com as autoridades para assegurar que todas as medidas legais sejam respeitadas, que toda a informação seja preservada e para que, quando necessário, o equipamento informático seja assegurado, os escritórios sejam selados e as buscas domiciliárias possam ser efetuadas.”.

Finalmente, a Presidente do PE enfatizou o seu compromisso para “combater a corrupção”, tendo anunciado “uma investigação interna para analisar todos os factos relacionados com o Parlamento e para ver como o nosso sistema pode tornar-se ainda mais apertado”, além de “um processo de reforma para ver quem tem acesso às nossas instalações, a forma como estas organizações, organizações não governamentais e pessoas são financiadas, que ligações com países terceiros têm. Vamos pedir mais transparência sobre encontros com atores estrangeiros e com os que lhes estão associados.” Alertou, porém, para o facto de que “embora possamos sempre procurar aumentar a dissuasão e a transparência, haverá sempre alguns para quem um saco de dinheiro vale sempre o risco. O que é essencial é que estas pessoas compreendam que vão ser apanhadas, que os nossos serviços funcionam e que enfrentarão toda a extensão da lei.”.

Após a declaração da Presidente do Parlamento Europeu, os líderes dos grupos políticos comentaram as investigações em curso na Bélgica envolvendo membros e funcionários do Parlamento Europeu. O detalhe está disponível [aqui](#).²

A Conferência de Presidentes do PE adotou uma declaração sobre as investigações criminais em curso em esquemas de corrupção envolvendo Deputados e pessoal do PE, disponível [aqui](#).

No que diz respeito a Eva Kaili, após ter sido expulsa do seu partido nacional grego (*Pasok-Kina*) e da família política europeia (S&D), e de lhe terem sido retirados, pela Presidente do PE, os seus pelouros enquanto Vice-Presidente da instituição, foi igualmente destituída deste cargo. Com efeito, e com base no [Artigo 21.º do Regimento do Parlamento](#), foi aprovada a decisão de cessar antecipadamente o mandato de Eva Kaili como vice-presidente do PE por 625 votos a favor, 1 contra e 2 abstenções. O procedimento foi desencadeado por uma decisão da Conferência dos Presidentes.

¹Em 2016, a Comissão Europeia obteve autorização do Conselho para negociar um acordo de aviação a nível da UE com o Catar, que teve início em 4 de março de 2019. Embora tenha ainda de ser ratificado pelas partes antes de entrar formalmente em vigor, o acordo começou a ser aplicado a partir da data da sua assinatura. Seis Estados-Membros já ratificaram: Áustria, Letónia, Grécia, Irlanda, Estónia e República Checa.

² Fonte: serviço de imprensa do PE.

Resolução do PE e próximos passos³

Após o [debate realizado na terça-feira](#) sobre esta matéria, o PE aprovou uma [resolução sobre as suspeitas de corrupção do Catar e a necessidade de maior transparência](#) nas instituições da União Europeia, com 541 votos a favor, 2 contra e 3 abstenções (disponível [aqui](#)). No essencial, esta resolução defende que:

- **seja criada uma [comissão de inquérito](#)**, para analisar casos de corrupção e ações impróprias de países terceiros e uma [comissão especial](#) para encontrar falhas na estrutura do Parlamento e apresentar propostas de reformas;
- **um vice-presidente do Parlamento Europeu seja encarregado** de verificar a integridade, e combater a corrupção e a interferência estrangeira;
- **sejam proibidos os donativos de países terceiros** a Deputados e grupos políticos;
- **os Deputados ao PE devem apresentar declarações de património** no início e no fim dos seus mandatos, e deverá ser introduzido um "*período de reflexão*" no final do mandato de um Deputado, para enfrentar o fenómeno das "*portas giratórias*".

Além disso, o PE advoga a suspensão imediata de todos os trabalhos legislativos relacionados com o Catar, em particular no que respeita à liberalização de vistos e ao acordo de aviação da UE com o Catar, até que as acusações se confirmem ou desmintam. Além disso, solicita-se também que os cartões de acesso para representantes dos interesses do Catar sejam suspensos até que as investigações judiciais esclareçam os acontecimentos.

O PE quer tornar obrigatório o [Registo de Transparência da UE](#) aos representantes de países terceiros e antigos membros do Parlamento. Por outro lado, reconhece-se que os grupos parlamentares de amizade devem ser devidamente regulamentados e monitorizados para que possam continuar a existir. Finalmente, o PE pede também que sejam divulgadas informações sobre as "pegadas legislativas" para os textos propostos e as propostas de alteração.

O Parlamento Europeu insta a Comissão a apresentar uma proposta de criação do [Organismo de Ética Independente](#), que o Parlamento propôs em setembro de 2021, e recomenda melhorias ao [regulamento do pessoal da UE](#), alinhando-o com a [Diretiva de proteção aos denunciantes](#).

Também sublinha o papel da [Procuradoria Europeia](#) (EPPO), da [Eurojust](#), da [Europol](#) e do [organismo europeu de luta antifraude](#) (OLAF), apelando a regras comuns anticorrupção para membros e pessoal dos órgãos da UE. Note-se que, na quinta-feira, a Procuradoria Europeia [solicitou o levantamento da imunidade parlamentar](#) de duas Deputadas ao PE (Eva Kaili e Maria Spyraki, Grécia e eleita pelo PPE) por questões relacionadas com o pagamento a assistentes parlamentares.

Finalmente, e após a sua [intervenção](#) no Conselho Europeu, a Presidente do PE, Roberta Metsola, anunciou como sua prioridade (conferência de imprensa [aqui](#)) a apresentação, no início de 2023, de um [pacote de reformas](#) no PE sobre corrupção, que incluam uma protecção reforçada dos denunciantes, uma proibição dos "*grupos de amizade*" não oficiais, uma revisão do código de conduta dos Deputados europeus, e uma "análise aprofundada" das interações com países terceiros. O *Politico* desenvolve esta intenção com maior detalhe, [aqui](#).

³ Idem.

2. SESSÃO PLENÁRIA PE

Teve lugar esta semana a sessão plenária do PE em Estrasburgo, destacando-se os seguintes debates:

Holodomor: reconhecimento como genocídio

O [PE reconheceu como genocídio a fome infligida pelo regime soviético à Ucrânia em 1932-1933 - Holodomor](#) - condenando veementemente os atos que resultaram na morte de milhões de ucranianos e apelou a todos os países e organizações que ainda o fizeram que também o reconheçam (resolução disponível [aqui](#)).

Revisão do Orçamento da UE

Foi também aprovada uma [resolução sobre a melhoria do quadro financeiro plurianual 2021-2027: um orçamento da União resiliente e adaptado a novos desafios](#) (366 votos a favor, 128 contra e 55 abstenções). Foi sublinhado pelos deputados que o atual quadro financeiro já foi «esticado para além dos limites» e não está equipado em termos de dimensão, estrutura ou regras para responder rápida e eficazmente a uma multiplicidade de crises. A sua revisão deve por isso significar um novo financiamento para novas prioridades políticas e assegurar que o orçamento cumpra os mais altos padrões de transparência e responsabilidade democrática. Os discursos dos co-relatores Jan Olbrycht (PPE, PL) e Margarida Marques (S&D, PT) estão disponíveis [aqui](#) e [aqui](#).

Crise energética

Os deputados [aprovaram a proposta da Comissão de planos para estimular energias renováveis](#), apresentada como parte do pacote REPowerEU. Os deputados apresentaram proposta de alteração ao texto da Comissão, nomeadamente para reduzir o período máximo para aprovar novas instalações que se localizam em zonas de aceleração de energias renováveis, devendo ser evitado ou reduzido ao máximo o impacto ambiental para essas zonas. A proposta inclui também a obrigação de os Estados-Membros assegurarem que as licenças de instalação de equipamento de energia solar em edifícios sejam entregues no prazo de um mês. Por fim, foram incluídos elementos de uma recente proposta de Comissão apresentada ao abrigo do procedimento de emergência para que a maioria das disposições entre já em vigor em 2023.

Entrega do Prémio Sakharov 2022 ao povo ucraniano

O [Prémio Sakharov 2022 do Parlamento Europeu foi atribuído ao corajoso povo da Ucrânia](#), numa cerimónia que decorreu no plenário e na qual o povo ucraniano foi representado pelo seu presidente, os líderes eleitos e a sociedade civil. A Presidente do Parlamento Europeu referiu nessa ocasião que «*A mensagem da Europa foi clara: nós estamos com a Ucrânia. Não vamos olhar para o outro lado. O povo ucraniano não só está a lutar uma guerra pela independência, mas uma guerra de valores. Os valores subjacentes à nossa vida na União Europeia, que assumimos como um dado adquirido.*».

"This is Europe" com o primeiro-ministro esloveno Robert Golob

Na sua [intervenção](#), o Primeiro-Ministro sublinhou o poder da unidade europeia, cooperação e solidariedade face aos desafios atuais, nomeadamente a agressão da Rússia contra a Ucrânia e a crise energética, as medidas para redução da especulação no mercado da energia em benefício dos consumidores e a aceleração da transição ecológica. Expressou ainda o firme compromisso com o Estado de direito na Eslovénia e noutros Estados-Membros da UE, com a liberdade dos meios de comunicação social e no combate aos discursos de ódio e desinformação. Enfatizou a necessidade de estabilizar os Balcãs Ocidentais e de os integrar mais na Europa, expressando um forte apoio à

atribuição do estatuto de candidato à Bósnia-Herzegovina. Os membros do PE congratularam-se com o compromisso europeu da Eslovénia e saudaram o seu empenho na política energética, na transição verde e no alargamento dos Balcãs Ocidentais, mas levantaram preocupações sobre a liberdade dos meios de comunicação social e questões relacionadas com o Estado de direito no país.

Informação sobre outros debates pode ser encontrada [aqui](#), com destaque para [Israel e Palestina: iniciativa europeia para a paz](#), [Direito humanos na China](#) e [Apoio a desastres naturais](#).

3. CONSELHO EUROPEU

Os líderes europeus reuniram em Bruxelas no dia 15 de dezembro (carta de convite [aqui](#)), tendo adotado [conclusões sobre a situação na Ucrânia, energia e economia, segurança e defesa, vizinhança do sul, relações transatlânticas e outros assuntos como Croácia, Bósnia-Herzegovina e Irão](#) (disponíveis [aqui](#)).

O Conselho Europeu reiterou a condenação da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e reafirmou o seu total apoio à independência, soberania e integridade territorial do país. Acordou assim conceder 18 mil milhões de euros de assistência à Ucrânia em 2023 e em manter o apoio à Moldávia, sobretudo no que respeita à segurança energética.

É referido nas conclusões que «*A campanha de ataques sistemáticos com mísseis atualmente conduzida pela Rússia contra a população civil, alvos civis, infraestruturas energéticas e outras infraestruturas de serviços públicos essenciais na Ucrânia, com vista a infligir ainda mais sofrimento ao povo ucraniano, é um crime que não pode ficar impune. E que tem de acabar.*», apelando à Rússia que cesse imediatamente as ações que põem em perigo a segurança e proteção das instalações nucleares civis e intensificando *urgentemente a prestação de assistência humanitária e de proteção civil à Ucrânia*. Saudou e incentivou também a *realização de novos esforços no sentido de assegurar a plena responsabilização pelos crimes de guerra e pelos outros crimes mais graves relacionados com a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia*, sublinhando que *até à data, a Rússia não mostrou qualquer empenho genuíno numa paz justa e duradoura*.

Relativamente às sanções, analisou a forma de *continuar a aumentar a pressão coletiva sobre a Rússia para que ponha termo à sua guerra de agressão e retire as suas tropas da Ucrânia*, saudando o reforço das medidas restritivas quanto à Rússia, inclusive através do [nono pacote de medidas restritivas](#) e limitação do preço do petróleo a nível internacional.

Foi ainda sublinhada a importância dos corredores solidários no âmbito da segurança alimentar (Iniciativa dos Cereais do Mar Negro da ONU e programa *Grain from Ukraine*), e, sobre a crise energética, saudado o progresso realizado e exortou o Conselho a concluir, *em 19 de dezembro de 2022, os seus trabalhos sobre a proposta de regulamento do Conselho relativo (...) à melhor coordenação das aquisições de gás, transferências transfronteiras de gás e índices de referência fiáveis dos preços, a proposta de regulamento para acelerar a implantação das energias renováveis e a proposta de regulamento que cria um mecanismo de correção do mercado para proteger os cidadãos e a economia de preços excessivamente elevados*.

Na área da defesa e segurança, foi sublinhada a importância dos laços transatlânticos, que se reflete na Bússola Estratégica da UE e no Conceito Estratégico da NATO e a necessidade de aceleração dos trabalhos na área da indústria e investimentos de defesa.

O Conselho Europeu acordou ainda conceder o estatuto de país candidato à Bósnia-Herzegovina, tendo o Presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, referido que «*Foi hoje concedido à*

Bósnia-Herzegovina o estatuto de país candidato. Um forte sinal para o povo, mas também uma clara expectativa de que as novas autoridades realizem reformas. O futuro dos Balcãs Ocidentais está na UE.».

O *live blog* do *Politico* sobre o acompanhamento desta reunião está disponível [aqui](#).

4. PRIORIDADES DA PRESIDÊNCIA SUECA DO CONSELHO DA UE

A Suécia exercerá a Presidência rotativa do Conselho da UE no primeiro semestre de 2023, após o final da Presidência checa.



Esta semana, o Primeiro-Ministro sueco, Ulf Kristersson, apresentou as quatro prioridades da Presidência sueca do Conselho (o discurso integral está disponível [aqui](#)), destacando que a Suécia assume a Presidência do Conselho da UE numa altura de desafios históricos para os Estados Membros e para a União. Considera-se que a invasão ilegal, inaceitável e não provocada da Ucrânia pela Rússia constitui uma ameaça à segurança europeia, com consequências para a migração, bem como para o fornecimento global de alimentos e energia. Além disso, assinala-se que as economias europeias têm sido severamente afetadas por esta guerra, bem como pela contínua manipulação do fornecimento de energia. Por conseguinte, as quatro prioridades identificadas pela Presidência sueca são as seguintes (disponíveis [aqui](#)):

1. **Segurança - unidade:** a Presidência sueca dará prioridade ao apoio económico e militar continuado à Ucrânia, bem como ao apoio ao caminho da Ucrânia em direção à UE. Para reforçar a segurança da União e dos cidadãos, considera-se necessário construir um consenso no sentido de uma sólida política europeia de segurança e defesa, em estreita cooperação com os parceiros. Outras medidas basear-se-ão na ação comum para combater a agressão da Rússia à Ucrânia, bem como a implementação da Bússola Estratégica e outras iniciativas. A luta contra o crime organizado transfronteiriço continuará, respondendo às exigências legítimas dos cidadãos no sentido de comunidades seguras e protegidas.
2. **Resiliência - competitividade:** além da atenção política mais urgente dedicada à guerra na Ucrânia e às suas consequências, continua a ser necessário um foco nos esforços para impulsionar o crescimento económico na UE. A força, resiliência e posição global da Europa dependem da produção económica, que está intimamente ligada ao mercado único e às oportunidades comerciais globais. A UE deve continuar a proporcionar as melhores condições possíveis para uma economia sólida e aberta, baseada na livre concorrência, investimento privado e digitalização bem sucedida. A Presidência sueca procurará ancorar uma abordagem concertada da competitividade europeia no topo da agenda política.
3. **Prosperidade - transição verde e energética:** a Presidência sueca prosseguirá os esforços para combater os preços elevados e voláteis da energia, ao mesmo tempo que aborda a reforma do mercado energético a longo prazo. Considera-se que a Europa deve liderar pelo exemplo, cumprindo objetivos climáticos ambiciosos, impulsionando o crescimento e a

competitividade (ênfase no pacote *Fit for 55* e na transição energética). São necessários passos conjuntos europeus no sentido da independência dos combustíveis fósseis não só para a transição verde, mas também para a segurança. A transição para um futuro eficiente em termos de recursos e sem fósseis irá exigir grandes investimentos em indústrias inovadoras que possam traduzir as melhores ideias e inovações em soluções funcionais. A UE deve, por conseguinte, fornecer o quadro regulamentar e as políticas adequadas para atrair estes investimentos.

4. **Os valores democráticos e o Estado de direito - a nossa base fundacional:** a UE baseia-se em valores democráticos, abrindo caminho à coesão, às liberdades individuais, à não discriminação, ao aumento da produção económica e à influência global. A defesa do princípio do Estado de direito e dos direitos fundamentais é, portanto, um elemento essencial da Presidência sueca do Conselho.

O sítio na internet da Presidência já foi lançado e está disponível [aqui](#), podendo ser consultado o programa completo da Presidência nesta [ligação](#).

O *Politico* fez uma antevisão do que poderá ser a Presidência sueca do Conselho, disponível [aqui](#).

5. HUNGRIA | CONDICIONALIDADE

Demos nota, nas Sínteses n.º [145](#) e [146](#), dos vários dossiês que caracterizam o atual estado das relações entre a UE e a Hungria, nomeadamente a discussão em torno do [Plano de Recuperação e Resiliência da Hungria](#), a [avaliação sobre o procedimento de condicionalidade relativamente à Hungria no que diz respeito ao orçamento da UE](#), bem como os [vetos que este Estado-Membro tem usado em outros processos](#).

Esta semana, registaram-se vários avanços significativos, de que damos nota em seguida:

- **[Instrumento de Recuperação e Resiliência](#):** o Comité de Representantes Permanentes (COREPER) [recomendou ao Conselho](#) que adote a sua [decisão de execução](#) que aprova o plano nacional da Hungria. Esta decisão surge na sequência de uma avaliação positiva, pela Comissão Europeia, do plano de recuperação e resiliência da Hungria. Após a adoção formal da decisão e o cumprimento de 27 "super marcos" relacionados com as reformas institucionais destinadas a reforçar o Estado de direito, a Hungria poderá utilizar os fundos do mecanismo, até à dotação global de 5,8 mil milhões de euros sob a forma de subvenções.
- **[Mecanismo de condicionalidade do Estado de direito: Conselho decide suspender 6,3 mil milhões de euros por a Hungria apenas ter tomado medidas corretivas parciais](#):** o COREPER recomendou ao Conselho que adote uma decisão de execução ao abrigo do Regulamento da Condicionalidade relativa à Hungria. Tal significa impor medidas para a proteção do orçamento da União contra as consequências das violações dos princípios do Estado de direito na Hungria em matéria de contratos públicos, eficácia da ação do Ministério Público e luta contra a corrupção. O impacto orçamental desta suspensão ascende a cerca de 6,3 mil milhões de euros em autorizações orçamentais.
- **[Conselho adota assistência financeira no valor de 18 mil milhões de euros a favor da Ucrânia](#):** o Conselho chegou a acordo sobre um pacote legislativo que permitirá à UE ajudar financeiramente a Ucrânia ao longo de 2023 com 18 mil milhões de euros. A proposta foi hoje adotada pelo Conselho por procedimento escrito e [já aprovada pelo PE](#). Os empréstimos terão um período de carência de 10 anos, e os Estados-Membros cobrirão a maior parte dos

custos dos juros com receitas afetadas externas. As garantias para esse empréstimo serão fornecidas ou pelo orçamento da UE ou [pelos Estados-Membros](#).

- **[Tributação internacional: Conselho chega a acordo sobre um nível mínimo de tributação para as maiores empresas](#)** - os Estados-Membros chegaram a um acordo de princípio sobre a [aplicação, a nível da UE](#), da componente de tributação mínima⁴, o chamado "[Pilar Dois](#)", da reforma da OCDE em matéria de tributação internacional. Esta diretiva deverá ser transposta para o direito nacional dos Estados-Membros até final de 2023.

Estas propostas foram adotadas com recurso ao procedimento escrito (mais informação [aqui](#)).

6. BANCO CENTRAL EUROPEU - DECISÕES DE POLÍTICA MONETÁRIA

O Banco Central Europeu (BCE) adotou esta semana um conjunto de [decisões de política monetária](#), nomeadamente [aumentar as três taxas de juro diretoras do BCE em 50 pontos base](#). Além disso, o Conselho do BCE considera que as taxas de juro ainda terão de aumentar de forma significativa a um ritmo constante, no sentido de serem atingidos níveis que permitam assegurar um retorno atempado da inflação ao objetivo de 2% a médio prazo. O BCE refere que *“Manter as taxas de juro em níveis restritivos reduzirá, com o tempo, a inflação, ao refrear a procura, e protegerá também contra o risco de uma persistente deslocação, em sentido ascendente, das expectativas de inflação”*.

7. MECANISMO DE AJUSTAMENTO CARBÓNICO FRONTEIRIÇO - ACORDO

Os negociadores do Conselho e do Parlamento Europeu chegaram a um acordo de natureza provisória e condicional sobre o [Mecanismo de Ajustamento Carbónico Fronteiriço \(MACF\)](#), que precisa de ser confirmado pelos embaixadores dos Estados-Membros da UE e pelo Parlamento Europeu, e de ser adotado por ambas as instituições.

Este acordo provisório está pendente de alguns aspetos que são pertinentes para o MACF mas que têm de ser especificados noutros atos legislativos sobre os quais as negociações ainda estão em curso.

8. PRIORIDADES LEGISLATIVAS DA UE PARA 2023-2024

A Presidente do PE, Roberta Metsola, o Primeiro Ministro checo Petr Fiala (Conselho da UE), e a Presidente da Comissão Ursula von der Leyen assinaram a [Declaração Conjunta sobre as prioridades legislativas da UE para 2023 e 2024](#).

A Declaração Conjunta, disponível [aqui](#), destaca as principais propostas legislativas que estão atualmente nas mãos do Parlamento Europeu e do Conselho, ou que serão apresentadas pela Comissão Europeia em 2023. A ligação para as imagens desta cerimónia está disponível [aqui](#).

9. CIMEIRA COMEMORATIVA UE-ASEAN

Teve lugar no dia 14 de dezembro a [cimeira entre dirigentes da UE e dos países membros da ASEAN, comemorando 45 anos de relações diplomáticas](#). Nesta ocasião, o Presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, referiu que *«A UE e a ASEAN são as duas organizações de integração regional mais avançadas do mundo. Entendemo-nos muito bem, partilhamos os mesmos valores e o mesmo espírito de cooperação.»* (discurso completo [aqui](#)). Importa referir que a ASEAN é o terceiro maior parceiro

⁴ Os lucros das grandes multinacionais e grupos ou empresas nacionais com um volume de negócios anual combinado de pelo menos 750 milhões de euros serão tributadas a uma taxa de imposto que não poderá ser inferior a 15 %.

comercial da UE fora da Europa, a seguir aos EUA e à China, manifestando os dirigentes a determinação em prosseguir a sua sólida cooperação económica. No final da cimeira foi emitida uma [declaração conjunta](#).

10. UCRÂNIA - ESTUDO SOBRE TRIBUNAL SOBRE CRIME DE AGRESSÃO

Conforme demos nota na [Síntese n.º 145](#), na reunião interparlamentar sobre [Jurisdição Universal - melhorar a responsabilização pelos crimes internacionais graves](#), organizada pela Comissão dos Assuntos Jurídicos (JURI) e a Subcomissão dos Direitos Humanos (DROI) do Parlamento Europeu, foi debatido o [desafio legal de criar um tribunal para processar a agressão russa contra a Ucrânia](#). Esta semana, o Parlamento Europeu publicou um estudo sobre a possível criação deste tribunal *ad hoc*, disponível [aqui](#).

A avaliação jurídica realizada analisa três elementos principais ligados à criação e funcionamento do tribunal: a base jurídica para a sua criação; problemas de imunidade; e questões de execução e implementação das suas decisões. No final, são apresentadas duas possibilidades: fundamentar a criação do tribunal no direito interno ucraniano e no seu direito à autodefesa (o tribunal seria assim "estabelecido por lei") ou interpretar amplamente os mecanismos legais existentes, especialmente a resolução "Uniting for Peace", podendo a Assembleia Geral da ONU, excecionalmente, deferir o crime de agressão contra a Ucrânia para o Tribunal Penal Internacional. Contudo, o estudo alerta para o facto de subsistirem problemas significativos de legalidade em ambas as opções.

11. COMISSÃO EUROPEIA

Pacote Segurança

A Comissão Europeia propôs [novas regras para reforçar a utilização dos dados das informações antecipadas sobre os passageiros \(API\)](#), sendo esta uma das ações fundamentais identificadas na [Estratégia da UE para a União da Segurança](#). Estas regras permitirão melhorar a utilização dos dados API para realizar controlos dos passageiros antes da sua chegada às fronteiras externas e reforçar a luta contra a criminalidade grave e o terrorismo na UE.

As novas regras introduzirão: regras uniformes sobre a recolha de dados API; recolha obrigatória de dados API para efeitos de gestão de fronteiras e luta contra a imigração irregular em todos os voos que entram no espaço Schengen e recolha obrigatória dos dados API para fins policiais; dados API de melhor qualidade; transmissão simplificada de dados API através de um novo encaminhador gerido pela eu-LISA.

A Comissão apresentou também um [relatório sobre os progressos alcançados em três anos na aplicação da Estratégia para a União de Segurança](#) e propôs um [novo plano de ação contra o tráfico de bens culturais](#), que continua a ser uma das formas de negócio mais lucrativas para os grupos de criminalidade organizada.

Aprovação análise preliminar positiva - MRR Portugal

A Comissão Europeia [aprovou no final desta semana uma avaliação preliminar positiva do pedido de pagamento de 1,8 mil milhões de euros de subvenções e empréstimos apresentado por Portugal](#) a título do [Mecanismo de Recuperação e Resiliência \(MRR\)](#), o principal instrumento no cerne do *NextGenerationEU*. A Comissão enviou agora ao Comité Económico e Financeiro (CEF) a sua avaliação preliminar positiva do cumprimento por Portugal dos marcos e metas exigidos para este pagamento, solicitando o seu parecer. Na sequência do parecer do CEF, a Comissão adotará a decisão

final sobre o pagamento da contribuição financeira. A Presidente da Comissão Europeia referiu a este respeito que «*Tenho hoje o prazer de anunciar boas notícias a Portugal. Consideramos que Portugal realizou as reformas e os investimentos necessários para receber um pagamento importante a título do nosso plano de recuperação NextGenerationEU. Portugal investe, por exemplo, nos transportes públicos e adotou medidas que irão reforçar as competências digitais dos trabalhadores. Depois de os Estados-Membros darem luz verde, pagaremos 1,8 mil milhões de euros a Portugal. Portugal está, pois, de parabéns!*».

12. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Reunião Ministros Negócios Estrangeiros da Parceria Oriental

Nesta [reunião](#), que juntou os ministros dos Negócios Estrangeiros da UE e os seus homólogos de cinco dos seis países da Parceria Oriental (Arménia, Azerbaijão, Geórgia, República da Moldávia e Ucrânia), foi confirmado o empenho da UE na Parceria Oriental e a vontade de a tornar mais flexível e adaptada às necessidades dos parceiros, o apoio da UE na área da segurança, para reforço da resiliência e estabilidade dos parceiros, e foi explorada a possibilidade de convidar parceiros de outras regiões, incluindo Ásia Central, para debater questões relativas à conectividade.

Conselho (Agricultura e Pescas)

Na área das [pescas](#), os ministros chegaram a um [acordo](#) político sobre as possibilidades de pesca para 2023, limitando a captura de mais de 200 unidades populacionais comerciais. No que se refere à área da [agricultura](#), foi feito um balanço da [situação do mercado nos Estados-Membros](#) à luz da guerra da Rússia contra a Ucrânia, do aumento significativo dos preços da energia e dos combustíveis, acessibilidade dos preços dos fertilizantes, tendo sido discutida a possibilidade de utilizar a reserva agrícola para 2023 e o impacto dos preços dos produtos alimentares nos consumidores. Foram ainda trocadas opiniões sobre os [planos estratégicos incluídos na política agrícola comum \(PAC\)](#) e debatida publicamente a avaliação da [legislação em vigor em matéria de bem-estar dos animais](#).

Conselho Negócios Estrangeiros

Foram trocadas impressões sobre a [agressão da Rússia contra a Ucrânia](#), nomeadamente no que se refere aos ataques sistemáticos contra civis e a utilização do inverno como arma pela Rússia, formas de ajudar a Ucrânia a reparar o sistema energético e aumentar as exportações de electricidade da UE para o país, assim como o trabalho da UE para garantir a responsabilização pelos crimes cometidos pela Rússia. Foram também debatidos os trabalhos em curso para o 9.º pacote de sanções. Os ministros trocaram pontos de vista sobre o Irão, condenando a repressão inaceitável dos protestos, agravamento da situação em matéria de direitos humanos, cooperação militar do Irão com a Rússia, perspetivas de renovação do PACG e segurança regional, tendo sido aprovadas [conclusões](#) sobre o tema e novas sanções contra o Irão. A capacidade de monitorização da UE na Arménia, a deterioração da situação entre o Kosovo e a Sérvia, situação na Moldávia, a vizinhança meridional, os direitos humanos, a Tunísia e a Estratégia *Global Gateway* foram também debatidos, tendo sido aprovadas também diversas [conclusões e decisões](#).

Conselho dos Assuntos Gerais

O [Conselho](#) aprovou [conclusões](#) sobre o alargamento e os processos de associação e estabilização UE-Balcãs Ocidentais, recomendando a atribuição do estatuto de candidato à Bósnia-Herzegovina, desde que cumpridas as metas especificadas na recomendação da Comissão. Foi acordado o [mandato](#)

[de negociação relativo à proposta de regulamento sobre a transparência e direcionamento da propaganda política](#), debatidos os desenvolvimentos do Estado de direito na Polónia, Portugal, Roménia, Eslovénia e Suécia, as conclusões do Conselho Europeu, e trocadas impressões sobre o evento de informação aos cidadãos da Conferência sobre o Futuro da Europa, que teve lugar no dia 2 de dezembro.

Reunião extraordinária do Conselho sobre Energia

Os ministros da energia debateram a [proposta de regulamento do Conselho que cria um mecanismo de correção do mercado para proteger os cidadãos e a economia de preços excessivamente elevados](#). No próximo Conselho de Energia procurarão adotar o regulamento relativo ao reforço da solidariedade mediante melhor coordenação das aquisições de gás, índices de referência dos preços e transferências transfronteiras de gás e um regulamento que estabelece um quadro temporário para acelerar a implantação das energias renováveis.

13. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

Os trabalhos no Parlamento Europeu serão retomados no início de janeiro.

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) do Colégio será no dia [21 de dezembro](#), destacando-se a *Recomendação da Comissão sobre objetivos de resiliência face a calamidades*.

Conselho da União Europeia

O [calendário](#) completo está disponível, destacando-se:

- 19.12: [Conselho \(Transportes, Telecomunicações e Energia\) sobre Energia](#)
- 20.12: [Conselho \(Ambiente\)](#)

Bruxelas | 16 de dezembro de 2022

Para mais informações: [Catarina Ribeiro Lopes](#), Representante Permanente da AR junto da UE e [Bruno Dias Pinheiro](#), Membro Permanente do Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).